



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2014.0000270998

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0111614-84.2012.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MARCELO MITSUO HANASHIRO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados GILSON CARDOSO MOURA e MARÍTIMA SEGUROS S/A.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) e ORLANDO PISTORESÍ.

São Paulo, 7 de maio de 2014.

Marcos Ramos

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

22.665

Apelação com Revisão nº 0111614-84.2012.8.26.0100

Comarca: São Paulo

Juízo de Origem: 26ª Vara Central Cível

Ação Civil nº 0111614-84.2012.8.26.0100

Apelante: Marcelo Mitsuo Hanashiro

Apelados: Gilson Cardoso Moura; Marítima Seguros S/A

Classificação: Acidente de trânsito – Indenização

EMENTA: Acidente de trânsito - Atropelamento – Ação de reparação de danos materiais, morais e estéticos – Sentença de parcial procedência da ação e de improcedência da denunciação da lide – Parcial reforma do julgado, apenas para melhor balizar o montante indenizatório pelos prejuízos morais – Necessidade – Manobra em marcha à ré - Presunção de culpa do condutor do veículo motorizado não elidida - Dever de preservar a incolumidade do pedestre – Danos morais - Necessária mitigação, considerando-se o grau de culpa, as lesões provocadas e as condições sócio-econômicas das partes - Denunciação da lide – Apólice que prevê expressamente a exclusão da cobertura para danos morais – Resultado de improcedência da lide secundária de garantia que deve ser mantido.

Apelo do réu parcialmente provido.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso de apelação interposto em ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos, fundada em acidente de trânsito consistente em atropelamento, proposta por Gilson Cardoso Moura em face de Marcelo Mitsuo Hanashiro, com denunciação da lide à empresa “Marítima



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Seguros S/A”, onde proferida sentença que julgou parcialmente procedente a pretensão deduzida apenas para condenar o réu a pagar a quantia de R\$ 20.000,00, a título de danos morais, com correção monetária a partir do arbitramento e juros de mora desde o ato ilícito. A denunciação da lide foi julgada improcedente e reconhecida a sucumbência recíproca, repartidas por igual despesas processuais, compensados honorários advocatícios, isento o autor pela gratuidade de justiça – fls. 289/292.

Aduz o réu que a sentença merece integral reforma sob alegação, em apertada síntese, de que restou demonstrado que os danos físicos sofridos ocorreram por culpa exclusiva da vítima, que atravessava a via pública fora da faixa de pedestres. Sustenta que a denunciação da lide deve ser julgada procedente, porquanto os danos corporais compreendem os morais. Subsidiariamente, roga pela mitigação da quantia relativa aos prejuízos morais, uma vez que o valor arbitrado foge às suas possibilidades – fls. 300/307.

Contrarrazões às fls. 349/358 e 360/368, ao que vieram os autos conclusos a este relator.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

É o relatório.

O recurso comporta parcial acolhimento.

Demanda ajuizada sob alegação de que no dia 27.04.2011 o autor atravessava a Avenida Manoel Pedro Pimentel quando foi atropelado por veículo dirigido pelo réu, que estava adentrando em imóvel comercial sem adotar a devida cautela, em manobra procedida em marcha à ré.

Em razão do embate, o autor referiu que sofreu lesões de natureza gravíssima. Mencionou, ainda, incapacidade permanente e que ainda padece de fortes dores em razão dos ferimentos.

Ao contestar o feito, o réu arguiu que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, que atravessava a avenida sem adotar a necessária cautela, certo que há uma faixa de pedestre muito próxima ao local, ou seja, há cerca de 25 metros.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

O autor foi submetido a exame médico-pericial, cujo laudo está acostado às fls. 270/575, onde restou atestado que seu grau de incapacitação corresponde a 25%, segundo a tabela expedida pela SUSEP, caracterizada devido à fratura do acetábulo, com luxação de quadril, hipotrofia muscular de coxa e trauma articular com lesão ligamentar do joelho esquerdo.

No que refere à culpa do apelante pelo acidente, a sentença não merece reparo, tampouco no que concerne à denunciação da lide.

Inegável tratar-se de larga avenida, como se verifica pelas elucidativas fotografias de fls. 50/54, e, uma vez que o réu dirigia veículo com visão traseira limitada (Fiat Fiorino), evidente a falta de cautela do motorista, que deveria ter redobrado a atenção durante a manobra em marcha a ré, até porque é obrigado a ter domínio de seu conduzido a todo momento, dirigindo com cuidado e atenção indispensáveis à segurança do trânsito (art. 28, do Código de Trânsito Brasileiro).

Dessa forma, considerados o alto risco e perigo que envolvem esse tipo de manobra, pode-se presumir a culpa do motorista que a empreende, em caso de acidente de trânsito,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

situação que determina a inversão do ônus da prova, passando a competir ao réu elidir a presunção de culpa, através de prova eficiente, sob pena de responder pelos danos causados.

Incumbia ao motorista, portanto, demonstrar ter adotado todas as cautelas necessárias para a realização da manobra, de molde a convencer sobre a exclusiva culpa da vítima pelo acidente. Mas, deste ônus não se desincumbiu, a teor do art. 333, inciso II do CPC.

Nesse sentido:

“RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE VEÍCULO – ATROPELAMENTO CAUSADO POR VEÍCULO EM MARCHA A RÉ - MANOBRA EXCEPCIONAL E PERIGOSA - PRESUNÇÃO DE CULPA DAQUELE QUE DIRIGE EM RÉ - AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A TRAVESSIA DO PEDESTRE ESTIVESSE SENDO REALIZADA IMPRUDENTEMENTE - CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO CARACTERIZADA - LESÃO FÍSICA - DANOS MATERIAIS - REPARAÇÃO DEVIDA - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - INDENIZAÇÃO ARBITRADA EM 20 SALÁRIOS MÍNIMOS - AÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

***JULGADA PROCEDENTE - SENTENÇA REFORMADA. -
Recurso de apelação provido.***” (TJSP, Apelação nº. 9239181-
90.2008.8.26.0000, 25ª Câmara de Direito Privado, Rel.
EDGARD ROSA, j. 09.05.2012)

No tocante aos prejuízos morais, considerando-se a extensão e gravidade das lesões, as condições pessoais das partes, o grau de culpa e da finalidade preventiva da penalização, o *quantum* indenizatório deve ser reduzido para R\$ 10.000,00, com os acréscimos já definidos em sentença, valor que serve para reparar de maneira adequada o sofrimento do autor e viabilizar o respectivo pagamento por parte do réu.

No que tange, por sua vez, à cobertura securitária objeto da denúncia, a apólice reproduzida às fls. 101/102 revela que há previsão para danos materiais e corporais, mas também se observa que existe expressa exclusão de cobertura quanto aos danos morais: **“Coberturas não contratadas: RCFV – Responsabilidade Civil Facultativa (Danos Morais)”**, motivo pelo qual somente o réu deve arcar com o respectivo pagamento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Ante o exposto, confiro parcial provimento ao recurso, nos termos acima, sem reflexo na distribuição da sucumbência.

MARCOS RAMOS

Relator

Assinatura Eletrônica